

RESENHA



No olho do furacão: dilemas e contradições das políticas sociais nos governos petistas (2003 a 2016)

In the eye of the hurricane: dilemmas and contradictions of social policies in PT governments (2003 to 2016)

Guilherme Moraes da Costa*

Resenha do livro intitulado “No olho do furacão: as políticas sociais nos governos petistas (de 2003 a 2016)”, de autoria de Renata de Oliveira Cardoso.

Renata de Oliveira Cardoso é professora adjunta e coordenadora do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus de Rio das Ostras. Atua também como parecerista de revistas científicas e suas áreas de interesse são política social e economia política, estado e políticas sociais, formação e trabalho profissional em Serviço Social. É egressa da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde concluiu seu doutorado.

Desde 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi alvo de um golpe jurídico, parlamentar e midiático travestido de “processo de impeachment”, os brasileiros têm experienciado a implementação de um projeto de ordem ultraneoliberal que se reflete em uma agenda de contrarreformas, como a trabalhista implantada durante o governo de Michel Temer e a previdenciária

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: guilhermemoraesdacosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4517-2511>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72501



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

aprovada e implantada no atual (des)governo. O livro em questão começou a ser gestado no período posterior à retirada da presidenta Dilma do poder.

As políticas sociais são um fenômeno da sociedade burguesa contemporânea, sendo utilizadas como instrumentos pelos quais o Estado realiza a mediação entre as necessidades sociais frente ao acesso aos serviços sociais demandados pela sociedade civil. As políticas sociais, pensadas e geridas por uma classe que não vive do trabalho, são direcionadas para a classe trabalhadora e, no tempo atual, têm se mostrado cada vez menos capazes de suprir as suas exigências sociais. Num contexto ideal, é o lócus onde as necessidades sociais devem ser atendidas na perspectiva de acesso à garantia de direitos, promovendo e garantindo a proteção social.

A desigual correlação de forças que deu origem as contrarreformas recentes em resposta à crise capitalista, demonstrou que o Estado tem priorizado o mercado e sua prerrogativa de acumulação de capitais, numa sociedade na qual a disparidade entre os mais ricos frente aos mais pobres é uma das maiores do mundo.

Mandel (1985), faz um resgate histórico-crítico, teoriza e caracteriza o capitalismo tardio como um estágio do sistema capitalista em que são perceptíveis as dificuldades de valorização do capital, expressas na supercapitalização e superacumulação, apontando às ameaças à manutenção do sistema capitalista devido à sua propensão para crises econômicas. Enquanto categoria analítica desenvolvida pelo autor, permite metodologicamente uma melhor compreensão das tendências de crises cíclicas do capital pós década de 1970.

Neste contexto, a política social integra a estratégia global anticrise do capital pós 1929 (BEHRING, 2015). A política social enquanto estratégia política, cumpre o papel de controle da classe trabalhadora, associada à sua prerrogativa econômica.

No bojo do modo de produção capitalista é preciso ter em mente que não se faz política social sem dinheiro. Através do recolhimento de impostos, o Estado acumula recursos e forma o fundo público. Na atualidade, este fundo público é sequestrado em favor dos interesses do grande capital, para subsidiar banqueiros e rentistas frente às crises cíclicas do capital. O gerenciamento deste montante vem se dando como um ajuste fiscal permanente, que vem esgarçando os orçamentos, mercantilizando os serviços sociais e deixando a míngua as políticas sociais, empurrando-as para a focalização, mediante processos seletivos entre os mais pobres para que possam acessar direitos e terem suas necessidades sociais atendidas, o que, apesar disso, nem sempre ocorre.

O cenário descrito acima está em curso desde os anos 1990, mas apesar disso tem caminhado a passos largos atualmente. Durante a campanha eleitoral, o atual (des)governo guiado por um projeto ultraconservador, ultraliberal e com práticas que se assemelham ao *modus operandi* do fascismo, propôs na figura do ministro da economia, Paulo Guedes, um dos *Chicago Boys*, uma agenda de contrarreformas e privatizações. Pela própria incom-

petência do Chefe do Executivo e seus ministros, muito do que foi prometido não avançou, mas, associado a uma crise econômica herdada dos anos anteriores, a classe que vive do trabalho mais uma vez foi a mais atingida.

Neste escopo, o que foram as políticas sociais durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)? Para responder esta e outras indagações, Renata de Oliveira Cardoso, em seu livro, faz uma análise da conjuntura que permeou os governos de Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016). De início, é preciso deixar nítido que a autora foge da armadilha de tratar ambos governos petistas como uma coisa só, visto que há diferenças significativas entre os períodos de cada governo e na forma como os ocupantes do Palácio do Planalto conduziram a gestão da máquina pública.

Em apertada síntese, o livro é uma versão da sua tese de doutorado, na qual realizou uma análise crítica das políticas sociais durante os governos do PT, tendo como prisma de análise as reflexões desenvolvidas no âmbito do Serviço Social, destacando o elo entre a economia política e a política social que, por meio da monetarização e financeirização das políticas sociais, gera a valorização do capital financeiro internacional.

A monetarização ocorre quando o Estado ao invés de prestar os serviços diretamente, opta por repassar recursos tanto diretamente aos beneficiários quanto aos prestadores de serviço. Para a transferência de renda é necessário que esses beneficiários passem a fazer parte da rede bancária, de modo que os recursos repassados servem diretamente à remuneração do capital portador de juros.

No cenário internacional, o crescimento dos países asiáticos gerou um *boom* de *commodities* que estimulou a exportação e aqueceu a economia do país. O governo Lula então promoveu a junção de vários programas de transferência de renda e, em outubro de 2003, implantou o Programa Bolsa Família, que aliava a transferência direta de renda ao cumprimento de condicionalidades nas áreas da assistência social, educação e saúde. Outra iniciativa foi o estabelecimento do aumento real do salário-mínimo.

Uma característica destes governos foi o investimento público como forma de incentivar a atividade econômica, especialmente a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para a expansão da infraestrutura, energia, habitação e saneamento básico. Como consequência, houve um aumento exponencial de empregos nas áreas de serviços e construção civil, todavia, estes empregos exigiam baixa qualificação e, portanto, são acompanhados de baixa remuneração e grande rotatividade.

Outra estratégia utilizada foi a cidadania pelo consumo, propiciada pelo aumento real do salário-mínimo e pelas políticas de transferência de renda, que provocaram o estímulo ao crédito. Esse processo teve como efeito o endividamento das famílias.

Uma conclusão levantada pela autora é que por mais que as políticas sociais, especialmente os benefícios de transferência direta de renda, tenham produzido efeitos benéficos na vida das famílias, na era petista, este

modelo econômico distribuiu renda, entretanto, não efetivou a sua redistribuição, tendo em vista que, para isso, seriam necessárias reformas estruturais que o Partido dos Trabalhadores não mostrou disposição para fazer.

Importante ressaltar também que a transferência de renda, se por um lado garante autonomia aos beneficiários, que podem utilizar o dinheiro da maneira que julgarem melhor, por outro lado, representa a desresponsabilização do Estado, pois a concessão de auxílios financeiros inibe a instalação de novos equipamentos públicos e, também, é insuficiente para atender às demandas de seus beneficiários.

Historicamente, os/as assistentes sociais desempenham seu trabalho profissional como executores terminais das políticas sociais. Dada a alta demanda por atendimento, frente aos recursos insuficientes, estes/as profissionais são chamados a gerenciar a pobreza, por meio de respostas que estão longe de atender às necessidades da classe trabalhadora.

Renata Cardoso realiza um estudo profundo da configuração das políticas sociais durante os governos do PT, no qual consegue identificar que a execução das políticas sociais se deu por meio de um reordenamento do modelo econômico com a manutenção do receituário neoliberal na condução das políticas sociais, com traços de monetarização e financeirização dos benefícios de transferência de renda. Outra conclusão apontada pela autora é que as políticas de transferência de renda conseguiram *distribuir* renda, mas não *redistribuir*. Para isso, seriam necessárias reformas estruturais, no entanto, a política de conciliação de classes implementada pelos governos petistas impediu que isso se concretizasse.

O estudo em questão mostra que é inegável que ocorreram avanços nas políticas sociais, apesar de todas as contradições apontadas pela autora. Em contraponto, o golpe jurídico, parlamentar e midiático resultou no desmonte das políticas voltadas ao enfrentamento à fome, o que repercutiu nos 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras que, atualmente, enfrentam a fome.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: destruição do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no capitalismo tardio*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

CARDOSO, Renata. *No olho do furacão: as políticas sociais nos governos petistas (de 2003 a 2016)*. Campinas: Saberes e práticas, 2021.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). Tradução de Paul Singer.